

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Société Générale Brasil S.A.

31 de dezembro de 2021

com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete   aprecia o de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstra es Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro.   uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstra es financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 atingiu o valor de R\$ 1,54 bilhão (R\$ 1,53 bilhão em 31 de dezembro de 2020) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 36,45% (35,55% em 31 de dezembro de 2020) –  ndice alcançado de Basileia.

O banco apresentou um lucro de 42,7 milhões no exercício de 2021 (lucro de 91,5 milhões no exercício de 2020).

COVID 19

O banco avalia que esse exercício ainda foi marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID 19 a qual não houve impacto significativo no banco. Em 2021 não há impacto a destacar e em 2020 houve uma leve deteriora o nos ratings da carteira de crédito e consequente aumento da despesa de PDD devido   altera o do cenário macroecon mico que foi capturado pelos modelos de provisionamento por perda esperada do grupo. Esse resultado pode ser verificado na nota explicativa 13 de provisão para créditos de liquida o duvidosa.

O banco permanece com o teletrabalho para a maioria de seus funcionários com a opcionalidade não obrigatória de trabalho no escritório físico. Esse cenário não apresentou impactos nas atividades diárias com a perfeita continuidade de seus negócios e atividades operacionais e regulatórias.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolu o CMN n  4.327/14, o

Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promo o gratuita da educa o, capacita o profissional, esporte, saúde, preserva o do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social encontra-se no endereço eletrônico do sítio no Brasil : <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolu o CMN n  4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constituído em cumprimento   Resolu o CMN n  4.860/20) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situa es com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utiliza o do canal de comunica o podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

A Administra o do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedica o.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

LUIS FIDEL EMILIANO SAINZ CARRILLO
MÁRIO MARCOS LOPES
PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL
AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD
EDUARDO YASUDA IRIE
ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

Contador
LEANDRO DOS SANTOS - CRC - SP 262040/O-6

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstra es financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2021

 ndice

Relat�rio do auditor independente sobre as demonstra�es financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.....	1
Demonstra�es financeiras consolidadas do conglomerado prudencial auditadas	
Balan�os patrimoniais.....	9
Demonstra�o do resultado.....	11
Demonstra�o do resultado abrangente.....	12
Demonstra�o das muta�es do patrim�nio l�quido.....	13
Demonstra�o dos fluxos de caixa.....	14
Notas explicativas �s demonstra�es financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Carteira de Câmbio

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio que, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, compreendem posições de operações de câmbio. Consideramos a carteira de câmbio um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no exercício.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como efetuamos testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de câmbio, de confirmação da existência, por meio de circularização, de

testes relativos à análise da documentação em conjunto com o recálculo dos ativos e passivos das operações na data base do procedimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

2. Instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores

O Banco possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, conforme nota explicativa nº 7, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros derivativos a valor justo requer da administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs observáveis e não observáveis de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores para nos auxiliarem e suportar a avaliação das metodologias de precificação e premissas consideradas pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

3. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$1.501.478 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 23.147 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos

auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstra es financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modifica es, em 22 de fevereiro de 2022.

Demonstra es do resultado abrangente (DRA)

As demonstra es do resultado abrangente (DRA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administra o do Banco, e apresentadas como informa o suplementar às disposi es para elabora o de demonstra es financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolu o n  4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamenta es complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco. Para a forma o de nossa opinião, avaliamos se essas demonstra es estão conciliadas com as demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolu o n  4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolu o n  2/20 do Banco Central do Brasil (BACEN). Em nossa opinião, essas demonstra es do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resolu es e são consistentes em rela o às demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das

demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC- SP301194/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilidades	5	178.504	305.839
Instrumentos financeiros		22.606.869	21.255.901
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	3.649.285	4.991.288
Títulos e valores mobiliários carteira de negociação	7	30.637	128.309
Títulos e valores mobiliários carteira de disponíveis para venda	7	1.221.933	974.717
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de disponíveis para venda	7	(147.585)	(133.514)
Instrumentos financeiros derivativos	7	345.257	260.116
Relações interfinanceiras		1.396	1.464
Carteira de câmbio	11	16.600.662	13.366.637
Operações de crédito - setor privado	9.a	327.781	957.009
Operações de crédito - setor privado - outros créditos	9.a	376.631	433.118
Arrendamento mercantil financeiro - setor privado	10.1.a	200.773	276.757
Arrendamento mercantil operacional - setor privado	10.2.a	99	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.g	(21.257)	(35.998)
Ativo fiscal diferido	21.c	66.172	17.355
Outros ativos		593.352	506.210
Rendas a receber		1.315	518
Despesas antecipadas	13	760	1.263
Diversos	12.a	591.277	504.429
Investimentos		19	19
Outros investimentos		19	19
Ativo imobilizado		3.683	4.823
Imobilizado de uso		17.034	16.823
Depreciações		(13.351)	(12.000)
Imobilizado de arrendamento		12.584	15.144
Bens arrendados		17.918	17.918
Depreciações acumuladas de arrendamento		(5.334)	(2.774)
Ativos intangíveis		48	94
Total do ativo		23.439.974	22.069.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020
Depósitos e demais instrumentos financeiros		21.292.663	20.006.806
Depósitos	16	83.686	209.424
Captações no mercado aberto	17	61.305	159.920
Instrumentos financeiros derivativos	7	684.793	1.004.970
Obrigações por empréstimos e repasses	18	4.068.195	6.315.695
Carteira de câmbio	11	16.207.453	12.262.161
Relações interdependências		23.354	23.357
Negociação e intermediação de valores	8	163.877	31.279
Provisões		511.005	419.541
Fiscais e previdenciárias	12.b	79.941	29.046
Diversas	12.c	430.490	389.696
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		574	799
Outros passivos		4.672	3.736
Resultado de exercícios futuros	19	4.672	3.736
Obrigações fiscais diferidas	21.e	87.062	111.417
Patrimônio líquido		1.544.572	1.527.887
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital	27	3.925	3.753
Reserva de lucros		273	273
Outros resultados abrangentes			
Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda	20.e	(45.424)	(17.514)
Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa	20.f	1.028	(734)
Prejuízos acumulados		(1.372.159)	(1.414.820)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.544.572	1.527.887
Total do passivo e patrimônio líquido		23.439.974	22.069.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Em milhares de R\$, exceto lucro (prejuízo) por ação

	Nota explicativa	2021		2020
		2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>820.245</u>	<u>1.639.270</u>	<u>1.092.407</u>
Operações de crédito		37.903	70.276	74.104
Operações de arrendamento mercantil	10	32.939	47.604	49.902
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		176.302	322.081	292.556
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	573.101	1.199.309	675.845
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(708.177)</u>	<u>(1.401.337)</u>	<u>(815.952)</u>
Operações de captações no mercado		(23.702)	(37.382)	(27.424)
Operações de empréstimos e repasses	18	(557.968)	(831.804)	(1.314.550)
Resultado de operações com câmbio		(140.559)	(549.361)	537.239
(Constituição)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	11.226	14.065	(11.113)
Provisão/Reversão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	10	2.826	3.145	(104)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>112.068</u>	<u>237.933</u>	<u>276.455</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(131.937)</u>	<u>(168.836)</u>	<u>(119.372)</u>
Receitas de prestação de serviços		27.888	79.330	60.415
Rendas de tarifas bancárias		46	73	-
Despesas de pessoal		(53.632)	(104.548)	(107.910)
Outras despesas administrativas	23	(30.725)	(62.827)	(59.663)
Despesas tributárias		(18.744)	(46.764)	(32.048)
Outras receitas operacionais	24	16.382	57.442	74.060
Outras despesas operacionais	25	(73.152)	(91.542)	(54.226)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>(19.869)</u>	<u>69.097</u>	<u>157.083</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		24	272	45
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		<u>(19.845)</u>	<u>69.369</u>	<u>157.128</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>3.663</u>	<u>(24.400)</u>	<u>(63.850)</u>
Provisão para imposto de renda corrente		(6.360)	(45.608)	(15.185)
Provisão para contribuição social corrente		(5.429)	(30.570)	(8.713)
Imposto diferido		15.452	51.778	(39.952)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO		<u>(1.143)</u>	<u>(2.308)</u>	<u>(1.779)</u>
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>(17.325)</u>	<u>42.661</u>	<u>91.499</u>
(Prejuízo) Lucro líquido por ação		<u>(17,04)</u>	<u>41,95</u>	<u>89,97</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2º semestre	2021	2020
	Nota			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(17.325)	42.661	91.499
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		(7.660)	(26.148)	(11.351)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20 (e)	(8.151)	(27.910)	(9.177)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(14.819)	(50.745)	(16.684)
Imposto de renda		6.668	22.835	7.507
Hedge de Fluxo de caixa	20 (f)	491	1.762	(2.174)
Hedge de Fluxo de caixa		893	3.204	(3.954)
Imposto de renda		(402)	(1.442)	1.780
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		333	172	1.194
Plano de Benefícios	27	333	172	1.194
Pagamento baseado em ações		333	172	1.194
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(24.652)	16.685	81.342

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>2.956.929</u>	<u>2.559</u>	<u>227</u>	<u>(6.897)</u>	<u>(1.506.273)</u>	<u>1.446.545</u>
Plano de pagamento baseado em ações	27						
- Controlador		-	970	-	-	-	970
- Controladas		-	224	-	-	-	224
Reserva legal de controlada	20.c	-	-	46		(46)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20.e, 20.f	-	-	-	(11.351)	-	(11.351)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	91.499	91.499
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>2.956.929</u>	<u>3.753</u>	<u>273</u>	<u>(18.248)</u>	<u>(1.414.820)</u>	<u>1.527.887</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>2.956.929</u>	<u>3.753</u>	<u>273</u>	<u>(18.248)</u>	<u>(1.414.820)</u>	<u>1.527.887</u>
Plano de pagamento baseado em ações	27						
- Controlador		-	138	-	-	-	138
- Controladas		-	34	-	-	-	34
Ajustes de avaliação patrimonial	20.e, 20.f	-	-	-	(26.148)	-	(26.148)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.661	42.661
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>2.956.929</u>	<u>3.925</u>	<u>273</u>	<u>(44.396)</u>	<u>(1.372.159)</u>	<u>1.544.572</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>2.956.929</u>	<u>3.592</u>	<u>273</u>	<u>(36.736)</u>	<u>(1.354.834)</u>	<u>1.569.224</u>
Plano de pagamento baseado em ações	27						
- Controlador		-	275	-	-	-	275
- Controladas		-	58	-	-	-	58
Ajustes de avaliação patrimonial	20.e, 20.f	-	-	-	(7.660)	-	(7.660)
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	(17.325)	(17.325)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>2.956.929</u>	<u>3.925</u>	<u>273</u>	<u>(44.396)</u>	<u>(1.372.159)</u>	<u>1.544.572</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre/exercício	(17.325)	42.661	91.499
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	714.158	1.517.138	1.237.836
Depreciações e amortizações	1.970	3.959	3.820
Superveniência de depreciação	10	13.077	58.061
(Constituição)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(11.226)	(14.065)
Provisão (reversão) para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	10	(2.826)	(3.144)
Atualização de depósitos judiciais	24	(7.213)	(10.304)
Constituição/reversão de provisão para riscos	14 (ii)	488	(27.501)
Atualização de riscos	14 (ii)	3.867	6.459
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	24	(746)	(818)
Impostos diferidos	21	(15.452)	(51.778)
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		700.042	1.323.357
Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		(16.456)	(33.185)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos		55.960	292.073
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	20.e, 20.f	(7.660)	(26.148)
Provisão para pagamento de plano de ações	27	333	172
Lucro líquido ajustado		696.833	1.559.799
Variação de ativos e obrigações	(1.493.997)	(1.741.943)	(37.703)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(604.264)	1.509.321	(1.952.259)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(273.383)	(140.835)	(431.662)
(Aumento) redução em operações de arrendamento mercantil	(10.350)	17.069	78.555
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	16.126	(99.284)	29.846
(Aumento) redução em operações de crédito	386.375	319.406	(270.191)
(Aumento) em outros créditos	(3.915.802)	(2.725.224)	798.132
Redução em despesa antecipada	-	-	37
Aumento (redução) em depósitos	7.497	(125.738)	125.795
Aumento (redução) no mercado aberto	(1.691.063)	(3.369.866)	2.295.143
Aumento (redução) em outras obrigações	4.617.101	3.760.941	(1.021.578)
Impostos pagos	(43.620)	(117.474)	(40.919)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	47.311	(692.029)	412.191
Juros recebidos sobre operações	(30.229)	(79.166)	(55.134)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	304	936	(5.659)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(797.164)	(182.144)	1.291.632
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso	(117)	(218)	(1.128)
Alienação de imobilizado de uso	4	4	-
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	-	-	(4.998)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento	(113)	(214)	(6.126)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	(817.845)	(3.125.398)	1.074.613
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento	(817.845)	(3.125.398)	1.074.613
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.615.122)	(3.307.756)	2.360.119
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.046.284	4.738.918	2.378.799
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5 1.431.162	1.431.162	4.738.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O Banco é controlado pelo Société Générale companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das operações do Banco à empresa controlada SG Equipment Finance S/A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada SG Equipment Finance S/A. Arrendamento Mercantil, cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais é de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado. As demonstrações financeiras são elaboradas de forma consolidada do Conglomerado Prudencial.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 CMN e Circular nº 3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao BACEN destas demonstrações. A resolução BCB nº 2/2020 estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Essas demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial consolidadas e as demonstrações financeiras em IFRS são divulgadas no sítio eletrônico do banco e enviados a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12

- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução BCB nº 2/2020.
- n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019
- o) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 16 de fevereiro de 2022

No exercício que se encerra no ano de 2021 o Banco reconheceu uma despesa não recorrente no valor de R\$ 14.071 referente a perda permanente (“impairment”) no resultado referente a debêntures. Essas foram recebidas no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa esperado trazidos ao valor presente. Em 31 de dezembro de 2021, a administração do banco, baseado na situação econômica da empresa emissora das debentures, efetuou ajuste credor a valor complementar de mercado no patrimônio líquido de R\$ 15.638 (R\$ 20.477 em 2020), reconhecendo o valor de mercado das debêntures a zero. Na controlada SG EQUIPMENT FINANCE S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, foi reconhecido resultado não recorrente no valor R\$ 20 (em 2020 não houve resultado recorrente), relacionado a venda de equipamento no encerramento de contrato de arrendamento mercantil.

Nos exercícios de 2020 não houve resultados não recorrentes relevantes. Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O banco apresentou no exercício de 2020 gastos com a pandemia de COVID 19 sendo que quase a totalidade foram imobilizados com a aquisição de notebooks.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
 - Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.
- e) Operações de crédito, operações de arrendamento e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica “Outras obrigações”.

f) Operações de Arrendamento Mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme seguem:

f.1) Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de arrendamento mercantil financeiro são registradas a valor presente, e as contas que compõem o saldo são descritas abaixo:

i. Arrendamento a receber

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como “Receitas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil” pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

ii. Rendas a apropriar

As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

iii. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

iv. Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

v. Perdas de arrendamento a amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados.

vi. Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do diário é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil” e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

f.2) Arrendamento Mercantil Operacional

i. Arrendamento Operacional a Receber

Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

ii. Rendas a apropriar

Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais.

iii. Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional

Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato.

g) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

h) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

i) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

k) Depreciações

Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e

l) Intangível

No Consolidado, inclui gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

m) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

n) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

o) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

q) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até junho de 2021, considerando a alíquota de 20% para o Banco e 15% para a Leasing. Para o período entre julho e dezembro de 2021 a alíquota da contribuição foi calculada sob a alíquota de 25% para o Banco e 20% para a Leasing, conforme lei nº 14.183, publicada em 14 de julho de 2021.

r) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

s) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

t) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

u) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e à alta administração.

A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolu o 4.557 que não fazem parte dessas "Demonstra es Financeiras" está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

No exercício encerrado em 2020 houve uma leve deteriora o nos ratings da carteira de crédito e conseqüente aumento da despesa de PDD devido   altera o do cenário macroecon mico a partir da segunda quinzena de março de 2020, resultado da pandemia de COVID 19, que foi capturado pelos modelos de provisionamento por perda esperada do grupo. No exercício de 2021 houve recupera o e conseqüente reversão de provisão conforme detalhado na nota explicativa 9 (g). Seguindo recomenda o do BACEN o consolidado compara a provisão calculada pela regulamenta o local (Resolu o 2.682) com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo para atender as normas de IFRS na França. Esta compara o   efetuada individualmente por cliente e a provisão   incrementada e igualada ao IFRS se essa última maior. Neste exercício houve uma reversão no valor de R\$ 1.071. (incremento de provisão de R\$ 2.772 em 2020).

II. Risco de mercado

  o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscila o de preços e taxas de mercado em fun o de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posi es detidas pelo Banco Société Générale (BSGB). São classificadas como fonte de risco de mercado as opera es sujeitas   varia o das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de a es e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as opera es existentes no BSGB são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as opera es vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensura o utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

a) Técnicas de mensura o do risco de mercado

a.1) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR   uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas   carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condi es do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manuten o das posi es" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimenta o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimenta es que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensura o de risco como, por exemplo, das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

Abaixo o VaR da carteira de negociação calculada.

Dezembro de 2021	1.745
Dezembro de 2020	1.709

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de “Análise de Sensibilidade”   aplicada considerando uma oscila o de 10 basis-point (isto  , 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em rela o aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplica o do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira)   comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

a.3) Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posi es em cenários extremos. O teste de estresse   uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econ micos que sejam desfavoráveis financeiramente às posi es da institui o.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

b) Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutua o nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situa o financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio   monitorado diariamente através da apura o da exposi o cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposi o a esse fator de risco através da atua o nos mercados de derivativos cambiais.

c) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa   o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo   o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutua es das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutua es, podendo resultar em perdas para a institui o. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com

os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”) é feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunicação para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basileia II, com a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura inclui o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional é executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna.

O Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 26); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrupção (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos (Relatório de Pilar 3), conforme requerido pela Resolução BCB 54, de 16 de dezembro de 2020, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstrações Financeiras.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de

técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria;

II - Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao comitê de gestão de capital, riscos de liquidez e mercado grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organização mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a resolução 4.557 do Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez. Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos ratios definido pelo Bacen durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	CGCRL&M Grupo SG & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilidades	178.504	305.839
Aplicações no mercado aberto	1.161.828	4.433.079
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>90.830</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>1.431.162</u></u>	<u><u>4.738.918</u></u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2021	A vencer até 3				Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Aplicações no mercado aberto	3.406.172	-	-	-	3.406.172
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.909	17.054	110.762	15.609	152.334
Aplicações em moedas estrangeiras	90.779	-	-	-	90.779
Total	3.505.860	17.054	110.762	15.609	3.649.285

Em 31 de dezembro de 2020	A vencer até 3				Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Aplicações no mercado aberto	4.991.288	-	-	-	4.991.288
Total	4.991.288	-	-	-	4.991.288

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2021		2020	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	535.914	506.504	130.412	93.236
Títulos para negociação:	30.138	30.143	93.180	93.236
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.280	1.280	6.064	6.062
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.134	3.129	1.229	1.233
Notas do Tesouro Nacional - NTN	25.724	25.734	85.887	85.941
Títulos disponíveis para venda:	505.776	476.361	37.232	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	234.950	233.968	-	-
Debêntures	270.826	242.393	37.232	-
Vinculados à prestação de garantias:	651.654	598.481	870.476	876.276
Títulos para negociação:	494	494	34.662	35.073
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	494	494	5.077	5.078
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	6.782	6.815
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	22.803	23.180
Títulos disponíveis para venda:	651.160	597.987	835.814	841.203
Letras do Tesouro Nacional - LTN	614.539	561.366	768.270	773.650
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	32.557	32.566
Cotas de fundos de investimento	36.621	36.621	34.987	34.987
Total	1.187.568	1.104.985	1.000.888	969.512

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2021			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	849.489	795.334	(54.155)	24.369	(29.786)
Cotas de fundos de investimento	36.621	36.621	-	-	-
Debêntures	270.826	242.393	(28.433)	12.795	(15.638)
Total	<u>1.156.936</u>	<u>1.074.348</u>	<u>(82.588)</u>	<u>37.164</u>	<u>(45.424)</u>

Títulos disponíveis para venda		2020			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.557	32.566	9	(4)	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	768.270	773.650	5.380	(2.421)	2.959
Cotas de fundos de investimento	34.987	34.987	-	-	-
Debêntures	37.232	-	(37.232)	16.754	(20.478)
Total	<u>873.046</u>	<u>841.203</u>	<u>(31.843)</u>	<u>14.329</u>	<u>(17.514)</u>

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. Até o fechamento deste exercício foi reconhecido uma perda permanente no resultado no valor de R\$ 147.585, sendo R\$ 133.514 no primeiro semestre de 2019 e R\$ 14.071 no segundo semestre de 2021 (nada reconhecido no exercício de 2020). O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa esperado trazidos ao valor presente. Em 31 de dezembro de 2021, a administração do banco, baseado na situação econômica da empresa, efetuou ajuste credor (receita) a valor complementar de mercado no patrimônio líquido de (R\$ 15.638) e em 2020 (R\$ 20.477), reconhecendo o valor da debênture a zero.

c) Composição por prazo de vencimento

	2021			2020		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	760	236.551	237.311	128.309	34.987	163.296
A vencer entre 3 e 12 meses	2.355	242.393	244.748	-	32.566	32.566
A vencer entre 1 e 3 anos	11.252	595.404	606.656	-	426.904	426.904
A vencer entre 3 e 5 anos	909	-	909	-	346.746	346.746
A vencer entre 5 e 15 anos	15.361	-	15.361	-	-	-
Total	<u>30.637</u>	<u>1.074.348</u>	<u>1.104.985</u>	<u>128.309</u>	<u>841.203</u>	<u>969.512</u>

d) Composição por emissor

	2021	2020
Títulos para negociação	30.637	128.309
Públicos	30.637	128.309
Governo Federal	30.637	128.309
Títulos disponíveis para venda	1.074.348	841.203
Públicos	795.334	806.216
Governo Federal	795.334	806.216
Privado	279.014	34.987
Cotas de fundos de investimentos	36.621	34.987
Debêntures	242.393	-
Total	1.104.985	969.512

e) As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Em 31 de dezembro de 2021

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	264.164	(114.668)	(120.173)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	375.000	(47.031)	(49.826)
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	5.556	(2.344)	(2.356)
CDI x PRÉ	915.118	(153.720)	(151.427)
DÓLAR (NDF)	4.243.717	27.556	49.833
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	24.646	(1.234)	(180)
DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa)	45.180	(2.197)	(2)
EURO (NDF)	824.912	(9.490)	(3.106)
EURIBOR 3M x Euro REUTERS 11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(119)	(3.155)
EURIBOR 6M x Euro REUTERS 11NYDólar (Fluxo de caixa)	24.646	(31)	(511)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	5.538	(46)	(70)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	45.180	(209)	(2.367)
PRÉ (NDF)	6.764.488	13.401	(23.741)
PRÉ x CDI	1.873.570	2.604	75.229
PRÉ x DÓLAR	7.658	(3.393)	(3.485)
PRÉ x EURO	760.852	(28.330)	(57.476)
PRÉ x EURO (Fluxo de caixa)	196.986	12.266	(2.213)
PRÉ x EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	747.242	(23.491)	(44.510)
Total	17.388.617	(330.476)	(339.536)

Em 31 de dezembro de 2020

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	348.457	(169.449)	(175.693)
CDI x EURO	67.627	(30)	632
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	375.000	(56.349)	(57.365)
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	33.072	(12.911)	(12.931)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	150.000	(61.376)	(61.201)
CDI x PRÉ	919.139	(103.697)	(209.575)
DÓLAR (NDF)	2.367.088	7.634	(6.929)
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	30.807	(2.858)	(44)
DÓLAR X LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	56.475	1.712	1.508
EURO (NDF)	310.272	8.723	4.117
EURIBOR 3M x EUR BFIX Londres (Fluxo de caixa)	84.293	(83)	(197)
EURIBOR 3M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(116)	(7.299)
EURIBOR 6M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	30.807	(37)	(1.188)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	351.370	(84)	(6.258)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	202.331	(1.961)	(11.716)
PRÉ (NDF)	3.984.055	(18.220)	12.463
PRÉ x CDI	720.197	18.584	24.350
PRÉ x DÓLAR	70.756	(25.870)	(23.724)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	20.443	(9.539)	(9.358)
PRÉ X EURO	279.716	(52.740)	(50.188)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	1.301.133	(132.585)	(91.109)
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	398.402	(78.511)	(67.477)
PRÉ X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	318.346	(91.349)	1.585
Total	12.683.950	(781.112)	(747.597)

Opções flexíveis	2021		2020	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Compra de opção de compra	-	-	9.584	2.781
Compra de opção de venda	-	-	9.584	(38)
	-	-	19.168	2.743

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – "Swap", NDF e Opções

	2021	2020
Saldo registrado no ativo:	345.257	260.116
Saldo registrado no passivo:	(684.793)	(1.004.970)
Diferencial líquido a receber/(pagar)	(339.536)	(744.854)

e.2) Mercado futuro

	2021		2020	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	5.026.834	(103.227)	8.005.347	(12.023)
DI	8.640.255	(1.605)	9.260.677	(532)
Dólar	6.099.169	(28.162)	7.688.921	(18.724)
Wdo	1.567.331	(30.883)	-	-
Total	21.333.589	(163.877)	24.954.945	(31.279)

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 555.037 (R\$ 751.127 em 31 dezembro de 2020).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2021	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	80.176	1.739.273	2.306.150	1.229.901	200.000	5.555.500
NDFs	6.486.541	5.010.821	335.755	-	-	11.833.117
Futuros	15.886.079	2.878.002	2.289.352	122.173	157.983	21.333.589
Total	22.452.796	9.628.096	4.931.257	1.352.074	357.983	38.722.206

Em 31 de dezembro de 2020	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	368.065	2.061.200	3.018.706	374.564	200.000	6.022.535
NDFs	3.585.719	2.665.591	395.139	14.966	-	6.661.415
Futuros	16.712.100	4.698.708	2.828.982	515.594	199.561	24.954.945
Opções	10.313	8.855	-	-	-	19.168
Total	20.676.197	9.434.354	6.242.827	905.124	399.561	37.658.063

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 os seguintes resultados:

	2021		2020
	Semestre	Exercício	Exercício
NDF	(4.009)	103.740	97.188
Swap	(154.033)	27.118	(1.140.642)
Mercado futuro	731.142	1.068.443	1.719.010
Opções	1	8	289
Total	<u>573.101</u>	<u>1.199.309</u>	<u>675.845</u>

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa	2021		2020	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(41.075)	-	(131.269)	-
DDI	38.248	(29.296)	130.309	(93.170)
DI		29.932	-	84.008
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		1.869		(1.335)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa		(841)		601
Valor líquido de impostos (nota 20.f)		<u>1.028</u>		<u>(734)</u>

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia do risco sistêmico e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	<u>299.779,4947942</u>	<u>299.779,4947942</u>
Saldo	<u>36.621</u>	<u>34.987</u>

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Passivo – Outras obrigações

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	<u>163.877</u>	<u>31.279</u>
Total	<u>163.877</u>	<u>31.279</u>

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos e títulos descontados	174.304	383.544
Financiamentos	<u>153.477</u>	<u>573.465</u>
Total das operações de crédito	<u>327.781</u>	<u>957.009</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	592.113	818.694
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	4.081	19.048
Outros créditos	<u>376.631</u>	<u>433.118</u>
Total de outros créditos	<u>972.825</u>	<u>1.270.860</u>
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	<u>200.872</u>	<u>276.757</u>
Total do risco da carteira	<u>1.501.478</u>	<u>2.504.626</u>

b) Diversificação por atividade:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Setor privado:		
Indústria	640.605	1.410.387
Comércio	610.910	472.261
Instituições financeiras	45.321	98.965
Pessoas físicas	120	111
Prestação de serviços	47.710	345.210
Outros serviços	<u>156.812</u>	<u>177.692</u>
Total	<u>1.501.478</u>	<u>2.504.626</u>

c) Vencimento:

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	11.673	0,78	1.066	0,04
A vencer até 3 meses	290.190	19,33	740.945	29,58
A vencer de 3 a 12 meses	678.037	45,16	1.017.765	40,64
A vencer de 1 a 3 anos	487.646	32,48	596.243	23,81
A vencer de 3 a 5 anos	33.905	2,26	147.908	5,91
A vencer de 5 a 15 anos	27	-	699	0,03
Total	<u>1.501.478</u>	<u>100,00</u>	<u>2.504.626</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	2021		2020	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	227.512	15,15	338.678	13,52
10 seguintes maiores devedores	976.939	65,06	1.397.526	55,80
20 seguintes maiores devedores	216.482	14,42	501.504	20,02
50 seguintes maiores devedores	50.301	3,35	179.740	7,18
100 seguintes maiores devedores	25.354	1,69	82.450	3,29
Demais devedores	4.890	0,33	4.728	0,19
Total	<u>1.501.478</u>	<u>100,00</u>	<u>2.504.626</u>	<u>100,00</u>

e) Nível de risco:

Nível	%	2021			2020		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	-	837.953	-	837.953	1.344.104	-	1.344.104
A	0,50	208.698	-	208.698	441.402	-	441.402
B	1,00	383.160	556	383.716	287.506	1.022	288.528
C	3,00	47.318	43	47.361	416.734	16	416.750
D	10,00	238	5.787	6.025	519	-	519
E	30,00	2.825	1.661	4.486	282	28	310
F	50,00	463	-	463	4.941	-	4.941
G	70,00	-	-	-	1.391	-	1.391
H	100,00	9.248	3.528	12.776	14.814	-	14.814
		<u>1.489.903</u>	<u>11.575</u>	<u>1.501.478</u>	<u>2.511.693</u>	<u>1.066</u>	<u>2.512.759</u>

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2021		2020	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	837.953	-	1.344.104	-
A	208.698	1.043	441.402	2.207
B	383.717	3.837	288.528	2.886
C	47.361	1.421	416.750	12.502
D	6.025	602	519	52
E	4.486	1.346	310	93
F	463	233	4.941	2.470
G	-	-	1.391	974
H	12.775	12.775	14.814	14.814
Provisão mínima	<u>1.501.478</u>	<u>21.257</u>	<u>2.512.759</u>	<u>35.998</u>
Provisão adicional (*)		<u>1.890</u>		<u>2.961</u>
Total		<u>23.147</u>		<u>38.959</u>

(*) O valor de provisão adicional, é referente ao ajuste de perdas de crédito esperadas contabilizado seguindo instruções do BACEN. No consolidado é comparada a provisão local (Resolução 2.682) calculada com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo para fins de atendimento a norma de IFRS. Esta comparação é efetuada individualmente por cliente e a provisão é incrementada e igualada ao IFRS se essa última for maior. Neste exercício houve uma reversão no valor R\$ 1.071 (incremento de provisão de R\$ 2.772 em 2020).

	2021	2020
Saldo inicial	35.998	27.575
Constituição (Reversão)	(14.741)	8.445
Baixas	-	(22)
Saldo final	<u>21.257</u>	<u>35.998</u>
Constituição (Reversão)		
Adicional por perda esperada	(1.071)	2.772
Curto prazo	11.001	21.735
Longo prazo	10.256	14.263

A receita com reversão da PDD no período ocorreu devido à estabilização do cenário de pandemia da COVID19, com a melhora geral dos ratings da carteira de crédito e diminuição do estoque da carteira de crédito impactando o provisionamento para liquidação duvidosa.

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue.

10.1 ARRENDAMENTO FINANCEIRO

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Arrendamentos a receber	222.745	295.251
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(222.455)	(295.168)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação (nota 10.1.b)	185.383	188.238
Superveniência de depreciação (notas 10.1.b)	23.575	81.636
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 10.1.b)	22.678	30.350
Credores por antecipação de valor residual	<u>(31.153)</u>	<u>(23.550)</u>
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>200.773</u>	<u>276.757</u>

b) Bens arrendados – Arrendamento financeiro

	<u>Taxa anual de Depreciação (%)</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Máquinas e equipamentos	14,29%	301.835	485.948
Equipamentos de informática	28,57%	53.352	195.583
Veículos e afins	28,57%	10.152	10.152
Aeronaves	28,57%	41.686	28.723
Depreciação acumulada		<u>(221.642)</u>	<u>(532.169)</u>
Total		<u>185.383</u>	<u>188.237</u>
Superveniência de depreciação (nota 10.1.a)		23.575	81.636
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 10.1.a)		22.678	30.350

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

10.2 ARRENDAMENTO OPERACIONAL

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento operacional

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Arrendamentos a receber - setor privado	2.608	8.133
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	<u>(2.509)</u>	<u>(8.133)</u>
Total	<u>99</u>	<u>-</u>

b) Composição do arrendamento operacional por vencimento

<u>Prazo</u>	<u>31.12.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Vencidos até 14 dias	99	3,8%	-	-
A vencer até 3 meses	861	33,0%	1.738	21,4%
A vencer de 3 a 12 meses	1.648	63,2%	3.864	47,5%
A vencer 1 a 3 anos	-	-	<u>2.531</u>	<u>31,1%</u>
Total	<u>2.608</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.133</u>	<u>100,0%</u>

c) Composição do arrendamento operacional por atividade:

	<u>31.12.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>
Setor privado				
Outros serviços	<u>2.608</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.133</u>	<u>100,0%</u>
Total	<u>2.608</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.133</u>	<u>100,0%</u>

RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Receita de arrendamento	59.188	173.058	231.824
(Insuficiência) / Superveniência de depreciação	(13.077)	(58.061)	(28.644)
Despesa de depreciação de bens arrendados	(30.004)	(73.343)	(131.955)
Outras (despesas) / receitas de arrendamento	<u>16.832</u>	<u>5.950</u>	<u>(21.323)</u>
Total	<u>32.939</u>	<u>47.604</u>	<u>49.902</u>

11. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	8.728.220	7.513.374
Direitos sobre venda de câmbio	7.868.361	5.834.215
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	4.081	19.048
Total	<u>16.600.662</u>	<u>13.366.637</u>
Curto prazo	14.040.547	10.113.769
Longo prazo	2.560.115	3.252.868
Total	<u>16.600.662</u>	<u>13.366.637</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	8.365.346	6.450.979
Obrigações por compra de câmbio	8.434.220	6.629.876
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(592.113)	(818.694)
Total	<u>16.207.453</u>	<u>12.262.161</u>
Curto prazo	13.569.821	9.095.735
Longo prazo	2.637.632	3.166.426
Total	<u>16.207.453</u>	<u>12.262.161</u>

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	392	573
Devedores por depósitos em garantia (*)	439.591	432.165
Impostos e contribuições a compensar	137.805	66.500
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 22)	2	2
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº 22)	12.313	4.079
Outros	1.174	1.109
Total	<u>591.277</u>	<u>504.428</u>
Curto prazo	164.083	75.137
Longo Prazo	427.194	429.291
	<u>591.277</u>	<u>504.428</u>

(*) Refere-se, principalmente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 62.584 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 61.407 em 31 de dezembro de 2020), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 40.614 (R\$ 39.554 em 2020), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 147.112 (R\$ 144.017 em 2020),

processos trabalhistas e cíveis, oriundos do Banco Cacique, no montante de R\$ 33.204 (R\$ 46.832 em 2020) e processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 130.928 (R\$ 106.121 em 2020).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	76.179	23.897
Impostos e contribuições a recolher	3.762	5.149
Total	<u>79.941</u>	<u>29.046</u>
Curto prazo	74.697	29.046
Longo Prazo	5.244	-
	<u>79.941</u>	<u>29.046</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 14. i)	228.382	208.323
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14. i)	29.859	54.151
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 14. i)	26.163	26.198
Provisão com despesas de pessoal	30.871	22.714
Provisão para despesas de publicação	54	209
Provisão para pagamentos a fornecedores	3.311	1.171
Provisão para despesas de advogados	174	101
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 22 a)	46.980	20.123
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	1.021	693
Provisão para garantias prestadas (*)	42	145
Fundo de reserva de financiamento	56.725	52.182
Provisão reembolso despesas com Matriz	630	-
Fundo garantidor de crédito	20	14
Provisão adicional	2.430	2.962
Outras	3.828	710
Total	<u>430.490</u>	<u>389.696</u>
Curto prazo	154.963	88.810
Longo Prazo	275.527	300.886
	<u>430.490</u>	<u>389.696</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2021 R\$ 486.350 (R\$ 304.237 em 31 de dezembro de 2020).

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outras	760	1.264
Total	<u>760</u>	<u>1.264</u>
Curto prazo	501	691
Longo prazo	259	572
Total	<u>760</u>	<u>1.263</u>

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c)	228.382	208.323
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	29.859	54.151
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	26.163	26.198
Total	<u>284.404</u>	<u>288.672</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro 2021

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	208.323	54.151	26.198	288.672
Constituição (Nota Explicativa nº 25)	16.774	700	3.825	21.299
Baixas	-	-	-	-
Reversão (Nota Explicativa nº 24*)	(644)	(26.413)	(4.969)	(32.026)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	3.929	1.421	1.109	6.459
Saldo final	<u>228.382</u>	<u>29.859</u>	<u>26.163</u>	<u>284.404</u>

Devedores por depósitos em garantia
(Nota explicativa nº 12 a)

406.047	25.549	7.995	439.591
---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro 2020

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	200.633	87.070	24.101	311.804
Constituição (Nota Explicativa nº 25)	5.585	-	2.904	8.489
Reversão (Nota Explicativa nº 24*)	(935)	(34.236)	(1.029)	(36.200)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	3.040	1.317	222	4.579
Saldo final	<u>208.323</u>	<u>54.151</u>	<u>26.198</u>	<u>288.672</u>

Devedores por depósitos em garantia
(Nota explicativa nº 12 a)

391.386	32.265	8.514	432.165
---------	--------	-------	---------

(*) Nota explicativa nº 24. Em riscos trabalhistas, houve reversões de provisões de aproximadamente R\$ 26.000 em 2021 e de R\$ 33.000 em 2020, proveniente de acordos e decisões referente a processos oriundos da incorporada Banco Cacique S/A.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de Dezembro 2021

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	228.382	228.382	29.899	29.859	26.163	26.163
Perdas possíveis (b)	287.874	-	129.846	-	1.938	-
Perdas remotas	42.587	-	2.233	-	-	-
Total	558.843	228.382	161.978	29.859	28.101	26.163

Em 31 de dezembro 2020

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	208.323	208.323	55.556	54.151	26.198	26.198
Perdas possíveis (b)	283.768	-	193.407	-	3.274	-
Perdas remotas	42.206	-	2.233	-	500	-
Total	534.297	208.323	251.196	54.151	29.972	26.198

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 920 (R\$ 911 em 2020).
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 132.430 (R\$ 129.810 em 2020);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$ 44.265 (R\$ 43.901 em 2020);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 8.775 (R\$ 8.703 em 2020)
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 31 dezembro de 2021 é de R\$ 20.308 (R\$ 19.432 em 2020).

- Em 2021 a SGEF arrendamento mercantil recebeu cobrança administrativa de débitos de ISS da prefeitura de Barueri. O valor cobrado totaliza R\$ 16.774 em 31 de dezembro de 2021.

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 40.614 (R\$ 39.554 em 2020);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 53.334 (R\$ 52.282 em 2020);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 129.486, (R\$ 127.218 em 2020);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 - em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 32.391 (R\$ 31.836 em 2020).

Trabalhistas:

A classificação de risco e a mensuração das provisões dos processos trabalhistas do consolidado levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que os classificam como remoto, possível ou provável e sua provisão segue as normas do CPC25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, norma essa recebida pelo Banco Central do Brasil.

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo. Em função da diminuição do número de processos trabalhistas oriundos da incorporação do Banco Cacique, o banco revisou sua política de provisionamento em junho de 2020 e proveu alterações nas estimativas para maior acuracidade nos valores provisionados.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a

provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A controlada SG Equipment Finance S/A. Arrendamento Mercantil reduziu o seu capital no valor de R\$ 50.000 como parte da otimização do nível de capital para suas atividades e o valor foi repatriado para o Banco seu único controlador, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de maio de 2021.

	SG Equipment Finance S.A.- Arrendamento Mercantil	
Informações das controladas:	2021	2020
Capital social	84.398	134.398
Ordinárias	1.537.587	2.448.501
Preferenciais	1.537.587	2.448.501
Participações - %	100	100
Patrimônio líquido	82.661	136.001
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(3.375)	920
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do exercício	136.001	135.119
Distribuição de dividendos	-	(262)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.375)	920
Plano de Pagamento Baseado em Ações nas Controladas	35	224
Aumento/(redução) de capital	(50.000)	-
Saldos no final do exercício	82.661	136.001

16. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sem vencimento	11.046	32.717	-	-	11.046	32.717
Até 3 meses	-	-	425	1.716	425	1.716
De 3 meses a 1 ano	-	-	57.605	124.143	57.605	124.143
De 1 a 3 anos	-	-	14.610	50.847	14.610	50.848
Total	11.046	32.717	72.640	176.706	83.686	209.424

17. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2021	A vencer até 3		
	meses	De 3 a 12 meses	Total
Carteira de terceiros	55.016	-	55.016
Carteira de Livre Movimentação	6.289	-	6.289
Total	61.305	-	61.305

Em 31 de dezembro de 2020

	A vencer até 3		
	meses	De 3 a 12 meses	Total
Carteira própria	150.011	-	150.011
Carteira de Livre Movimentação	6.369	3.540	9.909
Total	156.380	3.540	159.920

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2021		2020	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	-	(257)	946	(599)
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	570.055	(41.542)	825.876	74.733
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.845.816	(772.477)	4.219.599	(1.079.396)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	652.324	(17.518)	1.269.274	(309.280)
Subtotal	4.068.195	(831.794)	6.315.695	(1.314.542)
Repasse do País				
Finame	-	-	-	(3)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasses no exterior (d)	-	(10)	-	(5)
Total	4.068.195	(831.804)	6.315.695	(1.314.550)
Curto prazo	3.780.125		6.146.098	
Longo Prazo	288.070		169.597	
	4.068.195		6.315.695	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2022 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 5,89% ao ano (5,50% em 2020).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2022, sujeitos   varia o cambial e juros de até 5,64% ao ano em 2021 (5,19% ao ano em 2020).

(c) São representados por obriga es em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2025, sujeitos   varia o cambial e juros de até 6,57% ao ano em 2020 (6,25% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável em R\$ 675 (desfavorável de R\$ 7.971 em 2020)

Em 24 de novembro de 2017, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

19. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2021	2020
Descontos obtidos a diferir (*)	798	2.006
Comissão de operação em moeda estrangeira	-	1.174
Comissão de Indicação (Estruturação)	3.874	556
Total	<u>4.672</u>	<u>3.736</u>

(*) refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2021	2020
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Conforme previsto no estatuto da sua controlada SG Equipment Finance S/A. Arrendamento Mercantil, ao Banco, único acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi provisionado no Banco dividendos a receber no montante de R\$ 262, o qual foi pago no primeiro semestre de 2021.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 27.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o semestre de 2021 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

e) Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2021		2020
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do período	(37.273)	(17.514)	(8.337)
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(14.819)	(50.745)	(16.684)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	6.668	22.835	7.507
Saldo no final do exercício (nota explicativa 7b)	<u>(45.424)</u>	<u>(45.424)</u>	<u>(17.514)</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge, conforme descrito na nota explicativa nº 7.b - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - hedge.

	2021		2020
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do período	537	(734)	1.440
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	893	3.204	(3.954)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	(402)	(1.442)	1.780
Saldo no final do período (nota explicativa 7 e.3)	<u>1.028</u>	<u>1.028</u>	<u>(734)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos períodos findos em 31

	Imposto de renda		
	2021	2020	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	67.061	155.349	
Alíquota vigente	25%	25%	20
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(16.766)	(38.837)	
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:			
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(5.239)	(2.613)	
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(2.304)	(7.051)	
-Incentivo fiscal	(216)	(82)	
-Outras despesas não dedutíveis	(44)	(2.411)	
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:			
Diferenças temporárias (a)			
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.069	5.782	
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(6.945)	37.115	
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(46)	(227)	
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	3.719	(2.099)	
-Provisão para publicação de balanço	22	(10)	
-Provisão Impairment de Ativo	(3.518)	-	
-Provisão para Transfer Price Agreements	(6.718)	(189)	
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	2.384	1.843	
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	(1.926)	(814)	
-Honorários advocatícios	-	(12)	
-Provisão Garantias	643	(711)	
-Outras diferenças temporárias	(15.385)	(7.040)	
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	5.662	2.171	
-Efeito majoração de alíquota da CSLL para 25% bancos e 20% demais instituições financeiras (*)	-	-	
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(45.608)	(15.185)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	35.217	(19.012)	
Total de imposto de renda e contribuição social	(10.391)	(34.197)	

(*) A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida de R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até junho de 2021, considerando a alíquota de 20% para o período entre julho e dezembro de 2021 a alíquota da contribuição foi calculada sob a alíquota de 25% para o período de 14.183, publicada em 14 de julho de 2021. As alíquotas da contribuição social retornam aos patamares anteriores.

b) O Grupo possui diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 533.104 (R\$ 519.451 em 2020) , sobre as quais foram contabilizadas imposto de renda (25%) e contribuição social (20% referente ao Banco) diferidas no montante de R\$ 29.007, representado pelos saldos, de R\$ 64.460, com característica de realização no curto prazo. O Grupo também possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 32.259 (R\$ 54.904 em dezembro 2020), que, somados aos demais saldos de diferenças temporárias, no montante de R\$ 468.634, não foram submetidos a contabilização de imposto de renda (25%) e contribuição social (20% referente ao Banco e (15% referente a Leasing) diferidos de R\$ 219.232 (R\$ 245.644 em 2020), por não terem atingido a todos os critérios, em referência à Resolução nº 4.842/2020 do BACEN..

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo fiscal diferido - Imposto de renda

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	64.460	-
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	82.589	38.567
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	<u>82.589</u>	<u>38.567</u>
Total	<u>147.049</u>	<u>38.567</u>
Alíquota de imposto de renda	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Ativo fiscal diferido constituído	<u><u>36.762</u></u>	<u><u>9.642</u></u>

Ativo fiscal diferido - Contribuição social

Diferenças temporárias	64.460	-
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	82.589	38.567
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	<u>82.589</u>	<u>38.567</u>
Total	<u>147.049</u>	<u>38.567</u>
Alíquota de contribuição social	<u>20%</u>	<u>20%</u>
Ativo fiscal diferido constituído	<u><u>29.410</u></u>	<u><u>7.713</u></u>

Total ativo fiscal diferido constituído

<u><u>66.172</u></u>	<u><u>17.355</u></u>
----------------------	----------------------

d) Movimentação dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	17.355	13.012
Adições / Constituições	29.007	4.343
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	<u>19.810</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u><u>66.172</u></u>	<u><u>17.355</u></u>

e) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2021	2020
Saldo inicial	111.417	76.410
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(12.474)	43.797
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	842	(1.179)
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponiveis para venda	(2.424)	(3.766)
Receitas com atualização de depósitos judiciais	4.216	3.316
Realização de superveniência de depreciação	(14.515)	(7.161)
Saldo final	87.062	111.417

f) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

	Valor contábil Imposto de renda e contribuição social diferidos	
Ano	2021	2020
2021	-	601
2022	53.377	-
2040	12.795	16.754
Total	66.172	17.355

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 49.542 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.320 em 2020).

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2021	2020	2021	2020
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	107.202	191.829	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.140.869)	(536.007)	(5.226)	(15.105)
Société Générale - Paris:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	62.771	101.957	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	12.313	4.079	69.712	6.223
Credores diversos no exterior (**)	(46.980)	(20.123)	(97)	(54)
Obrigações em moeda estrangeira	(2.845.816)	(4.219.599)	(9.194)	(23.164)
Obrigações por empréstimos do exterior	(67.578)	(1.221.970)	(3.069)	(12.450)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	11	11
Depósitos à vista	(17)	(12)	-	-
Depósitos a prazo	(2.859)	(2.771)	(86)	(76)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(655)	(826)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(112.639)	(269.324)	(27.604)	81.981
Pascal FIM investimento no exterior				
Instrumentos financeiros derivativos	94.205	39.472	(3.581)	61.499
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Instrumentos financeiros derivativos	6.104	26.036	(33.444)	(13.703)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	169.973	293.786	-	-
Depósitos à vista	(672)	(838)	-	-
Depósitos a prazo	(2.859)	(2.771)	(86)	(76)
Devedores diversos no exterior (*)	12.313	4.079	69.712	6.223
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	11	11
Obrigações em moeda estrangeira	(2.845.816)	(4.219.599)	(9.194)	(23.164)
Credores diversos no exterior (**)	(46.980)	(20.123)	(97)	(54)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.208.447)	(1.757.977)	(8.295)	(27.555)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(112.639)	(269.324)	(27.604)	81.981
Instrumentos financeiros derivativos	100.309	65.508	(37.025)	47.796
	<u>(3.934.816)</u>	<u>(5.907.257)</u>	<u>(12.578)</u>	<u>85.162</u>

(*) Nota explicativa nº 12 a

(**) Nota explicativa nº 12 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Proventos	9.975	10.896
Contribuição ao INSS	2.476	2.469
Total	<u>12.451</u>	<u>13.365</u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º semestre</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas de serviços técnicos especializados	8.010	13.960	13.154
Despesas de processamento de dados	4.431	8.485	8.120
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.628	11.450	9.697
Despesas de alugueis	1.729	3.528	3.010
Despesas de serviços de terceiros	1.711	3.075	6.820
Despesas de comunicações	555	1.056	1.001
Despesas de contribuições filantrópicas	1.287	1.732	1.102
Despesas de depreciação e amortização	643	1.310	1.407
Despesas com custas judiciais	1.179	9.203	6.464
Despesas com consultoria jurídica	1.885	3.137	2.933
Outras desp adm	<u>3.667</u>	<u>5.891</u>	<u>5.955</u>
Total	<u><u>30.725</u></u>	<u><u>62.827</u></u>	<u><u>59.663</u></u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Reversão de despesas da matriz	-	5.634	20.484
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	-	644	935
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	3.749	26.413	34.236
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	288	4.969	1.029
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	746	818	818
Atualização de depósitos judiciais	7.213	10.304	7.557
Juros e multas	258	526	1.173
Receita de juros sobre créditos a compensar	344	485	364
Reversão de provisões operacionais	870	2.525	2.024
Outras rec operacionais	<u>2.914</u>	<u>5.124</u>	<u>5.440</u>
Total	<u><u>16.382</u></u>	<u><u>57.442</u></u>	<u><u>74.060</u></u>

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisão de despesas com a matriz	43.317	55.668	32.553
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	16.774	16.774	5.585
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	2.751	3.929	3.040
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	700	700	-
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	170	1.421	1.317
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	3.825	3.825	2.904
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	946	1.109	222
Variação cambial	691	2.855	7.286
Provisão adicional de crédito ECL	1.938	1.938	-
Provisão para serviços técnicos especializados	1.389	1.389	-
Outras	651	1.934	1.319
Total	<u>73.152</u>	<u>91.542</u>	<u>54.226</u>

26. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - definem a Parcela de RWA;
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWAcom) e Câmbio (RWAcam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

Apuração dos limites de Basiléia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2021	2020
		Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	332.651	343.783
Parcela do Risco das Posições “Banking Book”	RBAN	48.945	66.828
Valor da margem		<u>1.133.922</u>	<u>1.117.183</u>

Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2021		2020	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	243.333	16%	261.088	17%
RWACAM	21.043	1%	9.606	1%
RWAJUR1	6.558	0%	12.518	1%
RWAJUR2	18.752	1%	21.094	1%
RWAJUR3	507	0%	1.121	0%
PACS	-	0%	-	0%
RWAOPAD	42.456	3%	38.356	3%

• Extrapolação

	2021	2020
Índice alcançado	36,45%	35,55%

27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2021	2020
Plano de a�es livres	3.925	3.753
Total	<u>3.925</u>	<u>3.753</u>
Saldo no in�cio do semestre	3.753	2.559
Constitui�o	172	1.194
Saldo no fim do exerc�cio	<u>3.925</u>	<u>3.753</u>

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 935 (R\$ 852 em 2020) e pelos funcionários R\$ 1.264 (R\$ 1.082 em 2020).

29. RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
(Prejuízo) Lucro líquido	(17.325)	42.661	91.499
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação			
Quantidade média de ações			
Ordinárias	508.474	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474	508.474
Lucro por ação em R\$ (reais)			
Ordinárias	(17,04)	41,95	89,97
Preferenciais	(17,04)	41,95	89,97
Lucro atribuído por classe de ação			
Ordinárias	(8.663)	21.331	45.750
Preferenciais	(8.663)	21.331	45.750

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale S.A. (Comitê), órgão estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional – CMN. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário, composto por três diretores e se reporta diretamente à Diretoria Executiva. Compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas ao:

- Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas;
- Na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomendações de melhorias nos controles internos;
- Avaliação da efetividade dos controles internos.

O Comitê reuniu-se formalmente 2 vezes incluindo a reunião para apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em dezembro/21, até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 31/12/2021, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das instituições que compõe o Conglomerado, bem como consultores e auditores externos. Dentre as atividades do período destacam-se:

- Acompanhamento do plano de auditoria externa e das demonstrações financeiras de dezembro/21;
- Acompanhamento e aprovação do plano de auditoria interna;
- Avaliação da efetividade das auditorias interna e externa;
- Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria sobre a adequação da estrutura e da atividade de ouvidoria;
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554/98 e na Res. 4.557/17;
- Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período;
- Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos.

Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprovação das demonstrações financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao segundo semestre de 2021.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

Comitê de Auditoria